

GreenYellow

Performance Energética S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2022 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

ÍNDICE

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	1
BALANÇO PATRIMONIAL	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	6
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	8
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	10
2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS.....	10
2.1. Base de elaboração	10
2.2. Declaração de conformidade	10
2.3. Moeda funcional	11
2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas.....	11
2.5. Reconhecimento de receita	11
2.6. Instrumentos financeiros	12
2.7. Ativos e passivos financeiros	12
2.8. Caixa e equivalentes de caixa	12
2.9. Contas a receber	13
2.10. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros	13
2.11. Outros ativos e passivos.....	13
2.12. Tributação	13
2.13. Provisões	15
2.14. Ajuste a valor presente de ativos e passivos	15
3. NOVOS PRONUNCIAMENTOS.....	15
4. CONFERÊNCIA DE ATIVOS	16
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	16
6. CAIXA RESTRITO	16
7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES.....	17
7.1. Movimentação do Contas a Receber de Clientes	17

8.	PARTES RELACIONADAS	18
9.	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS.....	19
10.	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	19
11.	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	19
12.	DEBÊNTURES/EMPRÉSTIMOS.....	20
	12.1. Liquidação do Período	23
	12.2. Cronograma de pagamentos Debêntures.....	24
13.	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24
	13.1. Capital social	24
	13.2. Reservas de Lucros e Distribuição de Dividendos.....	24
14.	ADIANTAMENTO DE CLIENTES	25
15.	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	25
16.	CUSTOS OPERACIONAIS	26
17.	RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS	26
18.	RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	27
19.	INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS DE CRÉDITO.....	27
	19.1. Riscos de crédito	28
	19.2. Risco de liquidez.....	28
	19.3. Avaliação dos instrumentos financeiros	28
20.	COBERTURA DE SEGUROS	28
21.	TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA	29

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
GreenYellow Performance Energética S.A.

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras da GreenYellow Performance Energética S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GreenYellow Performance Energética S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB.

Base para opinião com ressalvas

Gastos compartilhados

No exercício de 2022, identificamos gastos reconhecidos na GreenYellow do Brasil Energia e Serviços Ltda. (gastos com pessoal e despesas gerais e administrativas), os quais estavam associados a serviços prestados a outras empresas do Grupo, incluindo a GreenYellow Performance Energética S.A., porém, não foram devidamente alocados nas respectivas entidades. Não nos foi possível obter evidência de auditoria suficiente e apropriada para avaliar os montantes envolvidos em uma possível realocação e, portanto, não foi possível concluirmos se algum ajuste material deveria ser realizado nas demonstrações financeiras da Companhia.

Receita de prestação de serviços

Nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 conteve modificação, relacionada ao assunto abaixo descrito.

No exercício de 2021, a Companhia foi constituída e, conforme nota explicativa nº 4 às demonstrações financeiras, a controladora GreenYellow do Brasil Energia e Serviços Ltda. (“GreenYellow do Brasil”) conferiu ativos para formar o patrimônio da GreenYellow Performance Energética S.A., dentre os quais os direitos e obrigações referentes ao contrato de prestação de serviços denominado “CPE10”, o qual passou a ser executado pela Companhia a partir de setembro de 2021. Até o encerramento do exercício de 2021, referido contrato correspondia à única fonte de receita operacional da Companhia.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 415 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Nossos exames indicaram que a receita de prestação de serviços referente ao mês de setembro de 2021, no montante de R\$3.949 mil, não foi registrada no resultado da Companhia, mas no resultado de sua controladora GreenYellow do Brasil, tendo restado um saldo passivo, na Companhia, nesse mesmo montante, na rubrica de Adiantamento de Clientes, decorrente da transferência do caixa correspondente, da GreenYellow do Brasil para a Companhia, em outubro de 2021. Durante o exercício de 2022, a Companhia efetuou a devolução do caixa correspondente a esse montante para a GreenYellow do Brasil. Consequentemente, o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022 está subavaliado em R\$3.949 mil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Principal assunto de auditoria

Exceto pelo assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, no tópico “Receita de prestação de serviços”, não existem outros principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Ênfase

Sem modificar nossa opinião, chamamos atenção para a nota explicativa nº 19.1 às demonstrações financeiras, a qual menciona que o contas a receber e a receita da Companhia é concentrada em um único cliente, Companhia Brasileira de Distribuição. Consequentemente, qualquer interpretação ou análise das demonstrações financeiras devem levar em consideração essas circunstâncias.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de maio de 2023


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/O-5

GREENYELLOW PERFORMANCE ENERGETICA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
<u>Circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	23.969	2.977
Contas a receber de clientes	7	12.127	11.827
Créditos diversos e adiantamentos		47	17
Impostos a recuperar		739	139
Estoque de materiais		96	-
Total ativo circulante		<u>36.978</u>	<u>14.960</u>
<u>Não - circulante</u>			
Contas a receber de clientes	7	38.099	78.114
Caixa restrito	6	-	66.986
Partes relacionadas	8	-	72.023
Total ativo não circulante		<u>38.099</u>	<u>217.123</u>
Total ativo		<u>75.077</u>	<u>232.083</u>
<u>Circulante</u>			
Fornecedores		94	97
Partes relacionadas LP	8	57	563
Obrigações trabalhistas	9	112	115
Obrigações tributárias	10	394	2.477
Imposto de renda e contribuição social	11	659	15.972
Dividendos Declarados		-	11.736
Debêntures/Empréstimos	12	3.555	18.183
Adiantamento de Clientes	14	-	3.949
Total passivo circulante		<u>4.871</u>	<u>53.092</u>
<u>Não - circulante</u>			
Debêntures/Empréstimos	12	<u>52.691</u>	<u>136.845</u>
Total passivo não circulante		<u>52.691</u>	<u>136.845</u>
<u>Patrimônio líquido</u>			
Capital social	13	5.833	5.783
Dividendos adicionais propostos		5.899	30.580
Reservas Legal		1.157	1.157
Reserva de Lucros		<u>4.626</u>	<u>4.626</u>
Total do patrimônio líquido		<u>17.515</u>	<u>42.146</u>
Total passivo e do patrimônio líquido		<u>75.076</u>	<u>232.084</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GREENYELLOW PERFORMANCE ENERGETICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida	15	30.521	11.481
Custos dos produtos vendidos	16	<u>(3.102)</u>	<u>(459)</u>
Lucro bruto		<u>27.419</u>	<u>11.022</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Receita Excepcional	17	112.014	61.965
Despesas gerais e administrativas	17	(983)	(74)
Despesas tributárias	17	<u>(11.973)</u>	<u>(2.262)</u>
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		<u>126.477</u>	<u>70.651</u>
Despesas financeiras	18	(19.352)	(6.226)
Receitas financeiras	18	<u>34.538</u>	<u>9.258</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>141.663</u>	<u>73.683</u>
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	11	<u>(47.372)</u>	<u>(25.584)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>94.291</u>	<u>48.099</u>
Lucro por ação (em reais)		16,30	1,589

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GREENYELLOW PERFORMANCE ENERGETICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	94.291	48.099
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>94.291</u>	<u>48.099</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GREENYELLOW PERFORMANCE ENERGETICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais)

	<u>Capital Social</u>	<u>Lucro Líquido (prejuízos) para o período</u>	<u>Dividendos adicionais propostos</u>	<u>Reserva de Lucros</u>	<u>Reserva Legal</u>	<u>Total</u>
Julho 30, 2021 (data da constituição da Companhia)						
Aumento de capital	87.783	-	-	-	-	87.783
Diminuição de capital	(82.000)	-	-	-	-	(82.000)
Reserva de Lucros	-	(4.626)	-	4.626	-	-
Reserva Legal	-	(1.157)	-	-	1.157	-
Dividendos destinados	-	(11.736)	-	-	-	(11.736)
Lucro do exercício	-	48.099	-	-	-	48.099
Dividendos adicionais propostos dezembro-21	<u>5.783</u>	<u>(30.580)</u>	<u>30.580</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>5.783</u>	<u>-</u>	<u>30.580</u>	<u>4.626</u>	<u>1.157</u>	<u>42.146</u>
Aumento de capital	50	-	-	-	-	50
Diminuição de capital	-	-	-	-	-	-
Lucro Período	-	94.291	-	-	-	94.291
Reserva Legal	-	-	-	-	-	-
Dividendos obrigatórios	-	(23.573)	-	-	-	(23.573)
Reserva de Lucros	-	-	-	-	-	-
Distribuição dividendos	-	(64.819)	(30.580)	-	-	(95.399)
Dividendos adicionais propostos dezembro-22	<u>-</u>	<u>(5.899)</u>	<u>5.899</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>5.833</u>	<u>-</u>	<u>5.899</u>	<u>4.626</u>	<u>1.157</u>	<u>17.515</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GREENYELLOW PERFORMANCE ENERGETICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro Líquido do Exercício	94.290	48.099
Juros Debêntures	15.610	4.371
Juros ativos apropriados	(16.865)	(9.153)
Juros sobre mútuo	(9.148)	-
Amortização dos custos de transação	4.236	-
Variações nos ativos e passivos operacionais		-
Contas a receber	56.630	6.995
Estoques	(96)	-
Adiantamentos a Fornecedores	(30)	(17)
Adiantamento de clientes	(3.949)	3.949
Impostos a Recuperar	(601)	(139)
Fornecedores	(3)	97
Obrigações Trabalhistas	(4)	116
Obrigações Tributárias	(2.082)	2.477
Imposto de renda e contribuição social	47.372	25.584
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>185.360</u>	<u>82.379</u>
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(62.685)	(9.612)
Pagamento de Juros de Debentures	(14.788)	(2.728)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>107.887</u>	<u>70.039</u>
Aquisição de imobilizado	-	-
Caixa restrito	66.986	(66.986)
Empréstimos - Partes relacionadas	80.666	(71.460)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>147.652</u>	<u>-</u>
Empréstimos - Debêntures	56.500	160.000
Pagamento de Principal de Debêntures	(159.243)	(2.400)
Custo emissão de debêntures	(1.096)	(4.216)
Pagamento de dividendos	(130.708)	-
Redução de capital	-	(82.000)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	<u>(234.547)</u>	<u>71.384</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>20.992</u>	<u>2.977</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.977	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>23.969</u>	<u>2.977</u>
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	<u>20.992</u>	<u>2.977</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GREENYELLOW PERFORMANCE ENERGÉTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Greenyellow Performance Energética S.A. (“Greenyellow Performance” ou “Companhia”), constituída em 30 de julho de 2021 é uma sociedade de capital fechado, domiciliada à Alameda Joaquim Eugenio de Lima, n.º 881, conjunto 1106, Jardim Paulista, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 01403-011, inscrita no CNPJ sob o nº 41.813.235/0001-80, com o objetivo de atuar em projetos de Eficiência energética e possui contratos firmados com a COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO, denominados pela nomenclatura “CEE10”.

A Companhia faz parte do grupo GreenYellow, uma multinacional francesa, que tem operações em 16 países. Desde 2007, o Grupo GreenYellow atua no setor da energia para fazer da transição energética dos seus clientes uma realidade econômica e ecológica e chegou no Brasil em 2014.

QUADRO SOCIETÁRIO

A controladora da Companhia e sua respectiva participação no capital social é como segue:

<u>Razão social</u>	<u>% - Participação 2022</u>
- GreenYellow do Brasil Energia e Serviços Eireli	100,00

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais.

2.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.2. Declaração de conformidade

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações e em conformidade com os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), assim como com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards), ou “IFRS”, emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração da Companhia em 29 de maio de 2023.

2.3. Moeda funcional

As demonstrações financeiras individuais são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual ela opera, gera e consome recursos.

Os ativos e passivos decorrentes de operações no exterior são convertidos para reais utilizando-se as taxas de câmbio da data do balanço.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável.

As principais estimativas e os principais julgamentos adotados pela administração são:

- Arrendamento – determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação.
- Contas a receber: critérios e montantes da provisão para perda esperada de créditos.
- Tributos a recuperar: os critérios para avaliação dos prazos de recuperação dos créditos tributários envolvem um elevado grau de julgamento na determinação de premissas de compensação.
- Imposto de renda e contribuição social diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.
- Redução ao valor líquido recuperável de ativos (“impairment”): determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos.

2.5. Reconhecimento de receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

As receitas de O&M, Eficiência Energética e de venda de equipamentos são recebidas mensalmente e estão sendo apresentadas brutas, ou seja, incluem os impostos e os descontos incidentes sobre estas, os quais estão apresentados como contas redutoras das receitas. As receitas de serviços prestados, assim como de mercadorias, são reconhecidas no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, todos os riscos e benefícios inerentes aos serviços são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

2.6. Instrumentos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação, exceto aqueles mensurados ao custo amortizado mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de somente principal e juros.

A classificação é baseada em dois critérios: (i) o modelo de negócios da Companhia para gerenciar os ativos; e (ii) se os fluxos de caixa contratuais dos instrumentos representam apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor principal em aberto.

Os ativos e passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado (CA) ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

A Companhia passou a reconhecer seus ativos financeiros ao custo amortizado para ativos financeiros que são mantidos dentro de um modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de “Principal e Juros”. Os passivos financeiros classificados como custo amortizado utilizam o método de juros efetivos. Nesta categoria (CA) inclui caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, recebíveis de partes relacionadas e outros ativos financeiros, contas a pagar, fornecedores e debêntures.

Mensuração subsequente

A Companhia avaliou seus ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, pois pretende negociá-los em um curto espaço de tempo. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos e passivos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da Administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

2.7. Ativos e passivos financeiros

Os principais ativos e passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e Debêntures. Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e são classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo e os passivos financeiros são designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Os juros, correção monetária e variação cambial são reconhecidos no resultado.

2.8. Caixa e equivalentes de caixa

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado, sendo de alta liquidez, com vencimento de até três meses, que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

Incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

2.9. Contas a receber

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais e corrigidos a valor presente, quando aplicáveis, deduzidos de perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa (PECLD).

Perdas Estimadas para Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD) para Contas a Receber e Ativos de Contrato

A perda de crédito esperada para Contas a Receber e Ativos de Contrato é constituída baseada em percentuais para cada classe de vencidos e de acordo com o risco do cliente, considerando que a Administração entende que assim reflete a real taxa histórica de duplicatas não recebidas de clientes. As atualizações dessa provisão são refletidas diretamente no resultado de cada exercício.

2.10. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos intangíveis e imobilizado com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de venda e seu valor em uso, é constituída uma provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas estão classificadas como Outras Despesas Operacionais.

Para o ano de 2022 a Companhia não identificou perda de recuperabilidade em seus ativos.

2.11. Outros ativos e passivos

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.12. Tributação

Despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Tributos sobre as vendas

Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

- Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e
- Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Impostos correntes

O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício. O lucro real difere do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Os passivos fiscais correntes da Companhia são calculados com base em alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do período de relatório.

Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal. As provisões representam a melhor estimativa do valor a ser pago. O lançamento de impostos se baseia no julgamento de profissionais da Companhia suportado pela experiência anterior com relação a essas atividades e, em determinados casos, com base na opinião de consultores fiscais.

Impostos diferidos

O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real e é contabilizado pelo método do passivo. Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Esses ativos e passivos não são reconhecidos se a diferença temporária resultar do reconhecimento inicial de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias tributáveis. Os ativos fiscais diferidos originados de diferenças temporárias dedutíveis somente são reconhecidos quando for provável que haverá lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias possam ser utilizadas e quando sua reversão for provável em um futuro previsível.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado no fim de cada período de relatório e reduzido quando não for mais provável que lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele.

2.13. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada pelos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação presente, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (quando o efeito do valor da moeda no tempo for relevante).

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um recebível é reconhecido como ativo se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.14. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras individuais. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

3. NOVOS PRONUNCIAMENTOS

Os pronunciamentos que entraram em vigência a partir de 01 de janeiro de 2022 não geraram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

Os novos pronunciamentos que entrarão em vigor estão demonstrados abaixo e a perspectiva é que também não gerem nenhum impacto financeiro nas próximas divulgações:

- Contrato de seguro, modelo mais abrangente dos contratos de seguros para a contabilidade (CPC 50 / IFRS 17);
- Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture (CPC 36 (R3) / IFRS 10) e (CPC 18 (R2) / IAS 28);
- Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante (CPC 26 (R1) / IAS 1);
- Divulgação de Políticas Contábeis à (CPC 26 (R1) / IAS 1) e IFRS Declaração da Prática 2;
- Definição de Estimativas Contábeis (CPC 23 / IAS 8); e
- Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação (CPC 32 / IAS 12).

4. CONFERÊNCIA DE ATIVOS

Em 31 de julho de 2021, a Greenyellow do Brasil Energia e Serviços Eireli (“GYBR”) conferiu ativos para formar o patrimônio da GreenYellow Performance Energética SA.

A operação teve como uma de suas consequências a constituição do capital social da Greenyellow Performance Energética SA em R\$87.783 (oitenta e sete milhões, setecentos e oitenta e três mil) tendo sido desconsiderado os centavos para fins de redução de capital social, mediante a criação de 87.783.172 ações de titularidade da Greenyellow do Brasil Energia e Serviços Eireli.

O critério utilizado para a avaliação do patrimônio líquido da Greenyellow do Brasil Energia e Serviços Eireli, com vistas à conferência de ativos foi o valor contábil das contas a receber referente ao contrato denominado CEE 10 apurado em laudo de cisão, em 31 de julho de 2021, e controles internos dos bens avaliados.

A conferência de ativos proposta acarretou na constituição da GreenYellow Performance Energética. Posteriormente, em 30 de novembro de 2022, houve nova contribuição de capital da GYBR na Companhia, a partir da conferência de novos ativos. Os montantes dessas contribuições estão demonstrados abaixo:

	<u>Acervo líquido da constituição 31/07/2021</u>	<u>Acervo líquido complementar 30/11/2022</u>
<u>Ativo circulante</u>		
Contas a Receber	11.724	1.295
<u>Ativo não circulante</u>		
Contas a Receber	76.059	(1.245)
Total do Acervo Líquido incorporado	<u>87.783</u>	<u>50</u>

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa e bancos (i)	23.969	2.977
Total Caixa e equivalente de caixa	<u>23.969</u>	<u>2.977</u>

(i) A Companhia tinha em conta de livre movimento na data base em questão R\$ 23.969 (R\$ 2.977 em 2021).

6. CAIXA RESTRITO

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Trustee (Conta de liquidação) (i)	-	3.128
Escrow (Conta Centralizadora) (ii)	-	270
Aplicação Financeira (Conta Centralizadora) (iii)	-	63.588
Total caixa restrito	<u>-</u>	<u>66.986</u>

- (i) Para realização dos pagamentos referentes às Debêntures emitidas em 2021, a Companhia precisava manter junto ao Banco conta denominada Trustee (Conta de liquidação) que, na data base de 31/12/2021, tinha saldo de R\$ 3.128.
- (ii) Nesta conta, eram registrados os recebíveis que estão sob garantia da dívida conforme escritura das Debêntures. Posteriormente, o saldo é movimentado para conta de Aplicação financeira mediante a autorização Agente Fiduciário.
- (iii) As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2021 eram remuneradas a 95% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Todas essas aplicações financeiras estavam vinculadas às regras das Debêntures mencionadas na nota 13.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Contas a receber de cliente	16.639	20.542
Ajuste ao valor presente (i)	<u>(4.512)</u>	<u>(8.715)</u>
	<u>12.127</u>	<u>11.827</u>
Não circulante		
Contas a receber de cliente	51.189	106.217
Ajuste ao valor presente (i)	<u>(13.090)</u>	<u>(28.103)</u>
	<u>38.099</u>	<u>78.114</u>

- (i) Saldo do ajuste ao valor presente refere-se a juros a serem recebidos até o final de todas as parcelas, no qual são calculados de acordo com a taxa pré-fixada em contrato para cada cliente, sendo de 12% a.a. A fim de atendimento das normas contábeis, a Companhia apresenta o valor total atualizado das parcelas em suas contas a receber, deduzindo os juros a serem recebidos até o final das parcelas.

7.1. Movimentação do Contas a Receber de Clientes

Através da conferência de ativos realizado foi constituído o contas a receber conforme tabela abaixo:

Contas a Receber Inicial	87.783
Recebimento até 31/12/2021	(80.725)
Faturamento até 31/12/2021	73.730
Juros Incorridos	<u>9.153</u>
Contas a Receber em 31/12/2021	<u>89.941</u>
Recebimento até 31/12/2022	(188.770)
Faturamento até 31/12/2022	132.190
Juros Incorridos	<u>16.865</u>
Contas a Receber em 31/12/2022	<u>50.226</u>

A Companhia possui valor de clientes a receber adquirido através do Laudo de Cisão, devido as revendas de mercadorias, no qual são financiadas para seu cliente entre 60 e 132 parcelas. As parcelas pelo serviço são recebidas em até 60 dias, desta forma, a seguir apresentamos o aging list (valores líquidos do ajuste ao valor presente):

	Total	A vencer	Títulos vencidos (R\$ mil)			
			<30 dias	30-60 dias	61-90 dias	>90 dias
2021	89.941	89.802	139	-	-	-
2022	50.226	45.789	2.144	123	2.161	9

A abertura do fluxo do recebimento do contas a receber a vencer está demonstrado a seguir:

2023	12.127
2024 a 2027	16.831
2028 a 2029	16.831
Total	<u>45.789</u>

8. PARTES RELACIONADAS

	31/12/2022	31/12/2021
<u>Ativo</u>		
GreenYellow do Brasil Energia e Serviços (i)	-	72.023
	-	<u>72.023</u>
<u>Passivo</u>		
GreenYellow do Brasil Energia e Serviços (ii)	(57)	(533)
Greenyellow Comercio de Equipamentos	-	(30)
	(57)	(563)
Total de Partes Relacionadas	<u>(57)</u>	<u>71.460</u>

Saldo referente a operação de empréstimo com GYBR foi líquida em 01 de setembro de 2022 efetuado após a Captação das Debêntures e através de distribuição de dividendos, da seguinte forma:

	R\$
Saldo Inicial	72.023
Distribuição Dividendos	(77.195)
Partes Relacionadas	(533)
Recursos caixa	(3.443)
Juros	9.148
Saldo Final	<u>(0)</u>

- (i) Reembolso a ser realizado para GYBR, devido saldo a maior aportados na movimentação da Cisão.
- (ii) Não houve qualquer valor atribuído ou registrado como remuneração dos administradores na Companhia, uma vez que ele é pago pela GreenYellow Brasil.

9. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Encargos (13º)	13	13
IRRF a recolher	11	11
Férias e encargos	36	34
INSS a recolher	12	34
Salários a pagar	17	18
Outros	23	5
TOTAL	<u>112</u>	<u>115</u>

As obrigações sociais da Companhia são compostas substancialmente pelas contas acima descritas.

10. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
COFINS a recolher	183	1.859
PIS a recolher	38	403
ISS a recolher	171	214
Outros	2	1
Total	<u>394</u>	<u>2.477</u>

Impostos incidentes sobre o faturamento da Companhia.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possui os seguintes valores de Imposto de renda e contribuição social:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Imposto de renda a recolher	19.679	18.808
(-) Imposto de Renda Retido (ii)	<u>(19.184)</u>	<u>(9.485)</u>
Imposto de Renda a recolher	<u>495</u>	<u>9.323</u>
Contribuição social a recolher	496	6.775
(-) Contribuição Social Retida (ii)	<u>(332)</u>	<u>(126)</u>
Contribuição social a recolher	<u>164</u>	<u>6.649</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>659</u>	<u>15.972</u>

(i) Em 23 de Dezembro de 2021 foi recebido montante a título indenizatório por rescisão de contrato referente a encerramento de operação antecipada de Lojas do Projeto CEE10. Conforme lei 9.430/96 foi realizada retenção de 15% Imposto de Renda Retido na Fonte, sendo um total de R\$9.295. Adicionalmente, temos R\$ 190 sobre serviços prestados.

(ii) Tal valor refere-se à retenção sobre notas fiscais de serviço prestado.

Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social estão assim demonstradas

A conciliação da despesa, calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado, está demonstrada abaixo:

	<u>2021</u>
<u>Receitas</u>	-
Receita Operacional	12.684
Receitas Financeiras	9.258
Receitas Excepcional	61.965
Receitas Totais	<u>83.907</u>
Base para cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social (Presunção de 32% da receita operacional mais receita financeira)	75.282
Imposto de Renda Pessoa Jurídica 15%	11.292
Adicional Imposto de Renda Pessoa Jurídica 10%	7.518
Despesa com Imposto de Renda	18.810
Contribuição Social 9%	6.775
Despesa com Contribuição Social	6.775
Imposto de Renda e Contribuição Social	<u><u>25.585</u></u>
Alíquota efetiva	34%

Em 2022, a Companhia mudou a sua apuração de IR e CSLL de Lucro Presumido (adotado em 2021) para o Lucro Real, cuja taxa alíquota efetiva está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2022</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	141.663
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal combinada de 34%	<u>48.165</u>
Outras diferenças permanentes	(793)
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	47.372
Alíquota efetiva	<u>33%</u>

12. DEBÊNTURES/EMPRÉSTIMOS

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Passivo Circulante</u>		
Debêntures	3.723	18.637
Custo de transação	(168)	(454)
Total	<u>3.555</u>	<u>18.183</u>
<u>Passivo não circulante</u>		
Debêntures	53.599	140.606
Custo de transação	(908)	(3.761)
Total	<u>52.691</u>	<u>136.845</u>
Saldo	<u>56.246</u>	<u>155.028</u>

A Companhia emitiu 160.000 debêntures em 17 de setembro 2021, de acordo com o INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES (“Escritura de Debenture”) no valor de R\$160.000, tendo sua liquidação em 01 de agosto de 2022. As principais características das debêntures são:

- Número de Séries: A Emissão das Debêntures será realizada em série única.
- Forma: Simples
- Emissão: 17 de setembro de 2021
- Vencimento: 17 de setembro de 2028
- Juros: CDI+ 3,5% ao ano
- Espécie: Com garantia real
- Garantias:
 - Alienação fiduciária de 100% das ações ordinárias de emissão da GYPE, detidas integralmente pela GYBR;
 - Cessão fiduciária, em caráter irrevogável e irretroatável, de todos os direitos creditórios detidos pela GYPE, oriundos do “Contrato de Eficiência Energética – CEE 10”
- Conversibilidade em ações: Não conversíveis
- Amortização do Valor: em parcelas mensais e sucessivas, sempre nos dias 01 de cada mês, sendo o primeiro pagamento devido em 01 de dezembro de 2021
- Vencimento antecipado: Caso a GYPE encontra-se inadimplente em relação aos termos iniciais contratados na Escritura de Debenture, inicia-se assim as condições para o vencimento antecipado da dívida, ou seja :
 - Não pagamento pela Emissora das obrigações pecuniárias devidas
 - Falência, recuperação judicial ou extrajudicial de uma das partes
 - Não manutenção das garantias reais
 - Transferência ou cessão à terceiros da parcela ou totalidade das ações de emissão da Emissora detida pela Garantidora sem devida autorização dos Debenturistas ou cumprimento das obrigações da Escritura de Debenture
 - Alteração do controle indireto da Emissora
 - Transformação do tipo societário da Emissora, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações
 - Contratação de qualquer novo empréstimo, financiamentos, adiantamentos de recursos, supplier financing, hedge, de novas dívidas, ou qualquer outra forma de operação de crédito ou operação financeira, na qualidade de credora ou devedora, afiançadas, garantidoras e/ou coobrigadas, ou qualquer outra modalidade de obrigação de cunho financeiro

- Distribuição e/ou pagamento pela Emissora, de dividendos, juros sobre capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas da Emissora não autorizados pela Escritura de Debenture.

Em 31 de dezembro de cada exercício social a partir de 2023 : $ICSD(i) \geq 1,2x$ Índice financeiro decorrente do coeficiente da divisão (EBITDA Ajustado + IR pagos + Recebimento de Venda dos Equipamentos) / (Serviço da Dívida).

A Companhia emitiu 66.000 debêntures em 18 de novembro de 2022, de acordo com o INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES (“Escritura de Debenture”) no valor de R\$66.000, sendo R\$56.500 série A e R\$ 9.500 da série B . As principais características das debêntures são:

- Número de Séries: A Emissão das Debêntures será realizada em duas séries.
- Forma: Nominativa e escritural
- Emissão Série A: 18 de novembro de 2022
- Emissão Série B : 18 de novembro de 2022
- Vencimento Série A: 01 de junho de 2029
- Vencimento Série B : 01 de junho de 2029
- Juros: CDI+ 2,4% ao ano
- Espécie: Com garantia real
- Garantias:
 - Alienação fiduciária de 100% das ações ordinárias de emissão da GYPE, detidas integralmente pela GYBR;
 - Cessão fiduciária, em caráter irrevogável e irretratável, de todos os direitos creditórios detidos pela GYPE, oriundos do “Contrato de Eficiência Energética – CPE 08 e conjunto CPE 10”
- Conversibilidade em ações: Não conversíveis
- Amortização do Valor: em parcelas mensais e sucessivas, sempre nos dias 01 de cada mês, sendo o primeiro pagamento devido da série A em 01 de fevereiro de 2022 e série em B 01 de maio de 2023.
- Vencimento antecipado: Caso a GYPE encontra-se inadimplente em relação aos termos iniciais contratados na Escritura de Debenture, inicia-se assim as condições para o vencimento antecipado da dívida, ou seja :
 - Não pagamento pela Emissora das obrigações pecuniárias devidas
 - Falência, recuperação judicial ou extrajudicial de uma das partes
 - Não manutenção das garantias reais
 - Transferência ou cessão à terceiros da parcela ou totalidade das ações de emissão da Emissora detida pela Garantidora sem devida autorização dos Debenturistas ou cumprimento das obrigações da Escritura de Debenture

- Alteração do controle indireto da Emissora
 - Transformação do tipo societário da Emissora, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações
 - Contratação de qualquer novo empréstimo, financiamentos, adiantamentos de recursos, supplier financing, hedge, de novas dívidas, ou qualquer outra forma de operação de crédito ou operação financeira, na qualidade de credora ou devedora, afiançadas, garantidoras e/ou coobrigadas, ou qualquer outra modalidade de obrigação de cunho financeiro
 - Distribuição e/ou pagamento pela Emissora, de dividendos, juros sobre capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas da Emissora não autorizados pela Escritura de Debenture.
 - Em 31 de dezembro de cada exercício social a partir de 2022 : $ICSD(i) \geq 1,2x$ Índice financeiro decorrente do coeficiente da divisão (EBITDA Ajustado + IR pagos + Recebimento de Venda dos Equipamentos) / (Serviço da Dívida) . Primeira apuração é requerida a partir de 30 de junho 2022.
- (i) Geração de Caixa da Atividade no exercício social / Serviço da Dívida no exercício social

Movimentação saldo Debêntures:

Saldos em 31 de dezembro de 2020	-
Captação	160.000
Custo de Transação	(4.279)
Pagamento Principal	(2.400)
Encargos Financeiros Pagos	(2.728)
Encargos Financeiros Provisionados	4.371
Amortização do Custo de Transação	63
Saldos em 31 de dezembro de 2021	155.027
Captação	56.500
Custo de Transação	(1.096)
Liquidação antecipada – debêntures de 2021	(159.243)
Encargos Financeiros Pagos	(14.788)
Encargos Financeiros Provisionados	15.610
Amortização do Custo de Transação	4.236
Saldos em 31 de dezembro de 2022	56.246

12.1. Liquidação do Período

Em 30 de agosto de 2022, a GreenYellow Performance liquidou antecipadamente, o montante de R\$148.350.775,40, referente ao saldo devedor do contrato de financiamento junto aos Debenturistas. Em 18 de novembro de 2022 emitiu 66.000 novas debêntures cada uma no valor nominal de R\$ 1.000,00 com custo de CDI+ 2,40%. a.a.

12.2. Cronograma de pagamentos Debêntures

O fluxo de pagamentos futuros da Dívida são os seguintes:

	Principal	Juros	Total
2023	2.901	8.521	11.422
2024 a 2026	14.606	21.035	35.641
2027 a 2029	38.994	9.096	48.090
	<u>56.501</u>	<u>38.652</u>	<u>95.153</u>

O fluxo de caixa das amortizações da dívida trata-se de projeção, considerando os fluxos contratuais de amortização de principal, juros e estimativas de inflação e de curva de juros básicos.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

13.1. Capital social

Quotistas	Ano	Quotas detidas	Valor das quotas (R\$mil)	%
Greenyellow Brazil	2021	5.783,17	5.783	100%
Greenyellow Brazil	2022	5.833,34	5.833	100%
		<u>50,17</u>	<u>50,00</u>	-

Em 31 de julho de 2021, o capital social foi constituído através do Laudo a cisão com transferência dos recebíveis do projeto CEE 10 oriundos da Companhia GreenYellow do Brasil assim formando o Capital Social da GreenYellow Performance no valor inicial de R\$ 87.783.172, conforme demonstrado na nota 3.

Em 14 de Setembro de 2021, houve diminuição de capital no valor de R\$82.000.000, que teve a natureza de liquidação de saldo a receber intercompany, tendo como consequência um capital social em 31/12/2021 de R\$5.783.

13.2. Reservas de Lucros e Distribuição de Dividendos

	Resultado do Exercício	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Dividendos Obrigatório	Distribuição de Dividendos
Resultado do Exercício	48.099	-	-	-	-
Reserva Legal (i)	(1.157)	1.157	-	-	-
Resultado do Exercício pós reserva legal	46.942	-	-	-	-
Dividendos obrigatórios (ii)	(11.736)	-	-	11.736	-
Reserva de Lucros	(4.626)	-	4.626	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>30.580</u>	<u>1.157</u>	<u>4.626</u>	<u>11.736</u>	<u>-</u>
Resultado do Exercício	94.291	-	-	(23.573)	(64.819)
Reserva Legal (i)	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício pós reserva legal	94.291	-	-	-	-
Distribuição de lucros	(64.819)	-	-	-	64.819
Dividendos obrigatórios (ii)	(23.573)	-	-	23.573	-
Reserva de Lucros	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>5.899</u>	<u>1.157</u>	<u>4.626</u>	<u>0</u>	<u>0</u>

(i) Reserva legal

Conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, essa reserva é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado ou 30% do capital social acrescido das reservas de capital. Após esse limite, a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou para compensar prejuízos acumulados.

(ii) Dividendos

Após a constituição da reserva legal e da compensação de prejuízos, a Companhia realizará a distribuição de dividendos na proporção de 25% do lucro líquido ajustado conforme Contrato Social capítulo 8 artigo 36 parágrafo 2 e nos termos da Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76 e alterações)

(iii) Resultado do Exercício

O saldo de R\$ 5.899 remanescente será proposto para ser distribuído a título de dividendos adicionais.

14. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Adiantamento de clientes	-	3.949

Em setembro de 2021, a Companhia estava em curso com processo junto a Prefeitura do Município de São Paulo para liberação da sua Inscrição Municipal e permissão de emissão de nota fiscal. Por este feito, GreenYellow do Brasil efetuou a emissão da Nota Fiscal e recebeu o valor acima retratado realizando os devidos recolhimentos dos impostos. Sendo assim realizamos o lançamento como adiantamento, pois a Companhia regularizou a situação emitindo Nota Fiscal em 2022, de modo a acertar os reconhecimentos de receitas e conseqüentemente baixar o adiantamento de cliente referente ao valor já transferido da GreenYellow do Brasil para GreenYellow Performance.

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita bruta de vendas e serviços	33.249	12.684
Receita de aluguéis	-	-
Total	<u>33.249</u>	<u>12.684</u>
Impostos sobre as vendas e serviços	(2.728)	(1.203)
Devoluções e abatimentos	-	-
Deduções	<u>(2.728)</u>	<u>(1.203)</u>
Receita operacional líquida	<u>30.521</u>	<u>11.481</u>

16. CUSTOS OPERACIONAIS

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Salários	(372)	(105)
INSS	(125)	(57)
Benefícios	(134)	(3)
Mão de Obra Especializada	(17)	(14)
Férias	(53)	(83)
Assistência médica	11	3
FGTS	(39)	(12)
13ºsalários	(37)	(39)
Vale refeição	(27)	(5)
	<u>(793)</u>	<u>(315)</u>
Apropriação de custo	(5)	0
Eficiência energética (Custo) (i)	<u>(2.304)</u>	<u>(144)</u>
	<u>(2.309)</u>	<u>(144)</u>
Total Custos	<u>(3.102)</u>	<u>(459)</u>

- (i) Companhia faz manutenção dos equipamentos já revendidos a seu cliente para que a economia garantida para ele contratualmente seja atingida.

17. RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita Excepcional (i)	112.014	61.965
Serviços de terceiros	(880)	(49)
Feiras, eventos e propaganda	(1)	(19)
Outros	(102)	(6)
Despesas tributarias	<u>(11.973)</u>	<u>(2.262)</u>
Total	<u>99.058</u>	<u>59.629</u>

- (i) Em 10 de dezembro 2021, a COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO notificou à GY PERFORMANCE sua decisão de excluir 27 (vinte e sete) lojas do escopo dos serviços contratos no âmbito do CEE 10, a partir da data de 10 de dezembro de 2021 e em 01 de 2022, notificou exclusão de 50 (cinquenta) lojas do escopo dos serviços contratos no âmbito do CEE 10, sendo informando 1(uma) loja em 01 de fevereiro e 31 de março 47(quarenta e sete) e o restante em 30 de julho. Conforme previsto na cláusula 17 do CEE 10, a COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO pagou a GYPE uma indenização de acordo com a Cláusula 5 do Anexo 2 do Contrato, calculada considerando exclusivamente os Estabelecimentos excluídos do Contrato, e o montante residual do Preço Remanescente dos Equipamentos dos Estabelecimentos excluídos do Contrato, acrescido de juros de 12% (doze por cento) ao ano, calculado desde a data de exclusão dos Estabelecimentos (inclusive) até 31 de dezembro de 2029 (exclusive).

18. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Juros ativos (i)	26.014	9.153
Receita de aplicações financeiras	8.500	105
Outras receitas	24	-
	<u>34.538</u>	<u>9.258</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
IOF/IOC	-	(1.743)
Juros das Debentures	(15.610)	(4.371)
Comissionamento	(3.618)	-
Outras despesas	(124)	(113)
	<u>(19.352)</u>	<u>(6.227)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>15.186</u>	<u>3.031</u>

(i) Saldo referente a Juros incorridos nos contratos dos clientes e partes relacionadas.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS DE CRÉDITO

Os instrumentos financeiros utilizados pela Companhia restringem-se às aplicações financeiras de curto prazo, contas a receber, fornecedores, e debentures em condições normais de mercado. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, à rentabilidade e à minimização de riscos. A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>Categoria</u>
<u>Ativo</u>			
Caixa Restrito	-	66.987	A
Clientes	50.226	89.941	A
Outros Ativos a Realizar	881	155	A
Partes Relacionadas – saldo ativo	-	72.023	A
<u>Passivo</u>			
Debêntures	56.246	155.027	A
Partes Relacionadas – saldo passivo	57	563	A
Fornecedores	94	97	A
Outras Obrigações	1.164	18.564	A

a) Ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis. Em relação ao caixa restrito, são efetuadas aplicações em títulos de taxas pós fixados, atreladas ao CDI e presume-se que seu valor justo esteja próximo ao saldo contábil.

19.1. Riscos de crédito

O risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e depósitos em bancos e aplicações financeiras.

O risco de crédito é administrado por normas específicas de aceitação, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente.

Contas a receber

Representado pela possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados por possuir apenas contrato concentrado todo o seu contas a receber em um único cliente. O risco de crédito do cliente é administrado por cliente, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a este risco. Como característica dos produtos e serviços prestados pela Companhia, o risco de crédito é reduzido pelo fato de seus clientes serem qualificados.

A administração monitora o risco do saldo a receber de clientes mediante o registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e aplicações financeiras é administrado pela gestão financeira da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma.

A Companhia tem como política a aplicação de recursos em bancos considerados de primeira linha, compreendendo os 10 maiores bancos por ativos do país, e em aplicações com baixo nível de exposição a riscos e alto nível de liquidez.

A Companhia não faz aplicações em fundos de investimentos onde há risco de ativos desconhecidos.

19.2. Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente.

19.3. Avaliação dos instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros estão representados no balanço pelos valores de custo e respectivas apropriações de receitas e despesas, os quais se aproximam dos valores de mercado devido a sua natureza de curto prazo. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não apresenta compromissos ou direitos pendentes com contratos de Swap ou transações de hedging.

20. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia tem por política manter cobertura de seguros no montante adequado aos possíveis riscos da atividade profissional bem como de seus ativos, com base na avaliação dos seus consultores de seguros.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não incluiu a emissão de opinião sobre a suficiência de cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

21. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Em 31 dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, não estão refletidas na respectiva demonstração dos fluxos de caixa:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Pagamento de dividendos	77.195	-
Conferência de ativos e aporte de capital	50	87.783
